

ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E ETNOGRAFIA DA PESCA: PESQUEIRAS E TRADIÇÃO DA PESCA EM ORTIGA (RIO TEJO, MAÇÃO)

por

**João de Matos Filipe¹, Jaisson Teixeira Lino², Sara Cura³,
Antonio Luiz Miranda⁴**

Resumo: O artigo apresenta no modo de potencialidades uma primeira aproximação ao estudo das pesqueiras de Ortiga no Concelho de Mação em perspectivas arqueológica, etnográfica, patrimonial e histórica. As pesqueiras são estruturas arquitetónicas maioritariamente compostas por material litológico utilizadas em atividades de pesca e contando com larga ocorrência na área em tela. Datadas desde pelo menos o século XVI, propõe-se aqui uma exploração inicial das possibilidades de pesquisa interdisciplinar, que possam conjugar diferentes áreas do conhecimento, contribuindo assim para uma melhor compreensão dos processos de formação, utilização e abandono destas estruturas.

Palavras-chave: Pesqueiras; Artes da pesca; Arqueologia da pesca.

Abstract: The article presents in potential mode a first approximation to the study of Ortiga “pesqueiras” (fishery structures) in the Council of Mação under the archaeological, ethnographic, heritage and historical perspectives. The “pesqueiras” are architectural structures mostly composed of lithological material used in fishing activities and having a large occurrence in the area of the study. Dated since at least the sixteenth century, it is proposed here an initial exploration of the possibilities of interdisciplinary research, which can combine different areas of knowledge, thus contributing to a better understanding of the processes of origins, use and abandonment of these structures.

Keywords: Fishery structures; Fishery Cultural Heritage; Fishery Archaeology.

¹ Investigador no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, Licenciado em História pela Universidade de Lisboa. Email: joamatosfilipe@gmail.com.

² Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil. Pós-Doutor em Arqueologia pela Universidade de Amsterdão, Holanda. Email: lino@uffs.edu.br.

³ Arqueóloga no Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, Doutora em Quaternário, Materiais e Culturas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). E-mail: Osaracura0@gmail.com.

⁴ Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Email: antonio.miranda@uffs.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

As pesqueiras do rio Tejo na Ortiga são exemplares raros de uma arquitetura paisagística única resultante da secular relação com o rio nesta aldeia piscatória do concelho de Mação, resultante de engenhosas técnicas de construção com o xisto que bordeja as margens do Tejo nesta zona. Sendo um património secular, o seu estudo, das estruturas e de todo o património imaterial associado, deve continuar de forma rigorosa, contribuindo assim para a sua salvaguarda e conservação, mas também valorização e musealização a céu aberto. Devolvendo à comunidade um valioso património para o estudo da sua identidade ribeirinha e piscatória. A potencialização deste património é o caminho da sua sustentabilidade. Um estudo de carácter patrimonial evidenciará o seu valor arquitetónico, arqueológico, etnográfico, didático, ecológico e estético. Estudo esse que por sua vez deverá integrar o conjunto de dinâmicas culturais associadas: envolvendo nestas tanto os aspectos materiais, como as técnicas de construção das pesqueiras, dos barcos “picaretos”, mas também as técnicas da pesca na Ortiga, bem como os aspectos imateriais como a gastronomia típica desta vila ligada à intensa pesca no rio Tejo os ditos e falares da população referindo o Tejo, os hábitos de higiene pessoal, entre outros, sem esquecer a outrora riquíssima variedade de espécies de peixes, vegetação, aves que constituem a paisagem tagana neste trecho do rio Tejo.

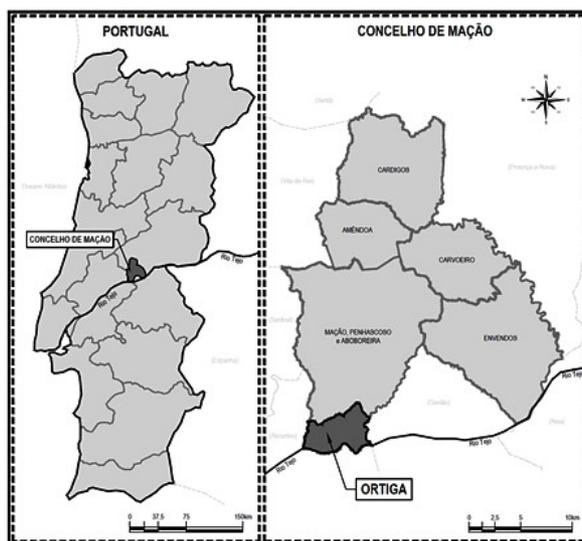


Fig. 1. Localização geográfica da área de estudo.

Fonte: Mapa produzido por Jaisson Teixeira Lino e Mauro Fusinato.

O presente trabalho discorre sobre as pesqueiras como elemento arqueológico e etnográfico integrado na paisagem do rio Tejo nas margens da Ortiga enquanto património cultural associado à intensa exploração piscícola do rio pelas populações desta aldeia, numa lógica de desenvolvimento integrado e sustentável que tem na sua memória material e imaterial uma âncora identitária. É notável o saber e engenho na sua construção, singular nesta zona, que obriga a saberes de construção, mas também a um profundo conhecimento do rio e suas correntes naqueles percursos de água para adequadamente orientar a construção da pesqueira e dela tirar o almejado proveito piscícola.

Nomeadamente em Portugal, a cultura material da pesca vem sendo evidenciada em jazidas arqueológicas desde o Paleolítico. Do litoral aos rios do interior do território, objetos e estruturas mostram que as comunidades humanas que povoaram o que hoje compreende as terras de Portugal desenvolveram aparatos para explorar as atividades piscatórias marcando, quer no mar, quer nos rios, importante atividade económica que atravessou os séculos e ainda hoje caracteriza, para além do elemento económico, a identidade do ser português.

Embora não seja objetivo deste trabalho analisar em detalhe a história da pesca em território português, alguns trabalhos são mencionados para melhor ilustrar como a arqueologia vem contribuindo com novos conhecimentos sobre esta atividade económica, em épocas anteriores à instalação das pesqueiras da Ortiga. É o caso, por exemplo, do estudo de Cardoso (1996), que nos apresenta uma discussão sobre a presença de pesos de pesca na pré-história de Portugal, produzidos em pedra e encontrados em diferentes partes de Portugal, em comparação com artefactos de mesmo tipo estudados pelo autor em Leceia (Oeiras). Apesar das diferentes conclusões a que chegaram diferentes pesquisadores, objetos com dimensões e formas variáveis são de fato, pesos, quer utilizados em armadilhas como o redefole para captura de caranguejo, quer para o uso em redes, feitas de material perecível.

Um outro estudo a ser mencionado é o de Lourenço (2010), que mostra os resultados de pesquisas em assentamentos pré-romanos e romanos (republicano e imperial), e os componentes materiais especificamente ligados a pesca. Dentre o conjunto de artefactos, destacam-se: anzóis, pesos de rede, chumbadas, agulhas e puxeiro, além dos vestígios ictiológicos.

Centrados no património cultural, notáveis estudos (cf. Leite, 1999; Pacheco, 2013; Antunes, 2013; Madaíl, 2014) vêm sendo conduzidos nos remanescentes de pesqueiras em diferentes áreas do rio Minho, entre o norte de Portugal e a Galícia, no lado Espanhol. Embora não estejam centrados em escavações e análises arqueológicas, tais produções trazem uma série de informações que, somadas, exibem uma ideia tipológica das formas, matérias-primas, da sua localização específica no leito

do rio, além de munirem o leitor de documentos históricos que situam as origens destas pesqueiras em uma época tão antiga como o povoamento proto-histórico anterior à ocupação romana da região.

Também centrados nos estudos do património, além da história da cultura material, os estudos de Inês Amorim (2002, 2014) sobre a pesca e os pescadores do período moderno (sécs. XVI a XIX), sobretudo em regiões litorâneas, nos mostram como as atividades piscatórias, e seu repertório material, ocupam espaço privilegiado nos estudos de diferentes tipos e cronologias sobre a história de Portugal na longa duração.

Assim, uma pequena amostragem aqui indica a potencialidade e a importância que os estudos sobre a cultura material da pesca têm em Portugal, seja qual a região, de norte a sul e de leste a oeste do que hoje se constitui o território deste país.

Existem de facto bastante estudos sobre as pesqueiras do rio Minho, existem diversos estudos sobre pesqueiras noutras zonas da Europa, mas do Tejo e especificamente da Ortiga temos a publicação de um dos signatários deste trabalho (Filipe, 2012) como principal fonte de informação.

Obra pioneira que lançou as bases para que se possa prosseguir num estudo que inclua outras vertentes, nomeadamente a arqueológica, bem como a valorização patrimonial das pesqueiras da Ortiga. É de certa forma o que pretendemos desenvolver neste artigo. Não de forma cabal, mas lançando as bases para se prosseguir numa investigação deste rico património noutras dimensões mais transdisciplinares.



Fig. 2. Vista do Rio Tejo, com a comunidade de Ortiga ao alto.
Fonte: Foto de Jaisson Teixeira Lino.

2. CONTEXTO HISTÓRICO

Naturalmente que quando, no séc. I D.C., Estrabão escrevia na sua Descrição da Península Ibérica “... o Tejo... este rio além de mui piscoso abunda também em mariscos”, épocas em que os grandes esforços do vulgo das comunidades se centrava na procura e obtenção dos bens essenciais e indispensáveis à satisfação das necessidades básicas, as áreas e os elementos naturais que pudessem garantir essas necessidades eram muito procuradas e daí a existência, ainda hoje, de imensos aglomerados populacionais bordejando o rio.

Sem termos provas de relação de continuidade a não ser a presença do Tejo, em Ortiga na proximidade do rio identificamos a Anta do Rio Frio, monumento funerário megalítico de construção estimada do ano de 3.200 A.C., o Balneário Romano do Vale de Junco, dos séc. III/IV D.C., tendo bem defronte, na margem esquerda do rio, a também romana e muito importante *Aritium Vetus* e posteriormente, já pela Idade Média, os diversos Casais identificados na documentação oficial disponível como unidades de habitação e de economia familiar (Casal da Foz, Casal da Chalouca, Casal da Cabeça da Uje, Casal do Vale de Junco, Casal da Ortiga, Casal das Cabeças, Casal da Foz d’Eiras, etc.), todos bem próximos do Tejo.

Então como hoje, os melhores terrenos agrícolas situam-se no território que era ocupado por esses Casais, senão junto ao rio muito próximo dele e esse factor reforçava, naturalmente, essa tendência de aproximação ao Tejo e pela certa, o aproveitamento da sua riqueza piscícola.

A nível documental as primeiras referências que encontramos sobre a existência das pesqueiras no território de Ortiga, enquanto estruturas construídas especificamente para o exercício da arte da pesca, são do reinado de Filipe II e constam de uma sentença do monarca, datada de 6 de Setembro de 1613, mediante a qual os senhorios das pesqueiras ficaram isentos do pagamento da sisa dos pescadores e daí, retirados do respectivo encabeçamento.

Contudo, embora não se tratando propriamente do tipo de pesqueiras que encontramos em Ortiga e no rio Tejo, a montante de Abrantes, mas bem próximo do modelo das pesqueiras existentes no rio Minho e também no rio Douro, mas neste só até ao século XVIII, nos reinados de D. Afonso Henriques, de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Fernando e D. João I, há referências a instalações que à época eram identificadas como caneiros.

Embora como equipamento construído no leito do rio para servir de suporte ao exercício da captura de peixe em nada se assemelhava com a estrutura de uma pesqueira.

O tipo de pesqueira que conhecemos hoje no rio Tejo terá sido concebido e adoptado, a partir da época em que o rio passou a ser navegável. Veja-se como, em 1582, Filipe I, dando seguimento a uma sugestão de Juan Bautista Antonelli, mandou proceder à eliminação do Caneiro de Abrantes a fim de facilitar a navegação de barcos e das espécies piscícolas.

Bastante mais tarde, no séc. XVIII, reinado de D. José I, o Marquês de Pombal determinou a eliminação/destruição de todas as pesqueiras, seriam caneiros como o existente em de Abrantes, que no rio Douro impediam a fluente navegabilidade dos barcos Rabelo.

O rio funcionou, desde sempre, como que se tratasse de elemento e espaço comum afecto a toda a comunidade. Espaço de festivas caldeiradas em família, de momentos de lazer aproveitando as suas margens e as suas águas para tomada de banhos fosse em grupo ou isoladamente, enfim a relação da comunidade com o rio foi sempre e continua a ser de grande afinidade.

Outro aspecto que muito contribui para essa forte presença do rio na vida da comunidade tem a haver com as pesqueiras e com a riqueza piscícola do Tejo.

Investir na construção de uma pesqueira, porque se tratava de projecto muito dispendioso, individualmente estava ao alcance de muito poucos. Daí, a solução passava pela construção mediante a participação de vários interessados que, posteriormente organizavam o calendário de exploração, em função da participação financeira de cada um. Se havia hipótese de adquirir uma já construída tudo se processava do mesmo modo.

Ora, tal método conduziu a que cada pesqueira tenha diversos proprietários — sete; oito; doze; etc., situação ainda hoje bem patente nos respectivos registos.

Tais factos levavam a que praticamente todas as famílias obtinham do rio algum do seu sustento. Tal como do nateiro e da horta, cultivando, se colhia os legumes, do rio, capturando, retirava-se o peixe ou seja, obtinha-se o “conduto”.

No subconsciente de muitas gerações, com a certeza de não errar e não exagerar, podemos dizer que havia o puro sentimento de pertencerem ao Tejo. Isto porque nas suas andanças pelo rio — nadando; pescando; navegando — situações de apuro houve nas quais foram “poupados” pelo Tejo. Não morreram porque o rio, embora podendo-o fazer não o fez, deixando-lhe como conselho de amigo a necessidade de ser mais ponderado(a) e cauteloso(a).

3. AS PESQUEIRAS EM PERSPETIVA ETNOGRÁFICA, HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA

“A pesqueira, propriedade, no geral, construída em alvenaria para o fim em vista e com registo específico para tal fim, tem, quase sempre, a forma de dois paredões (quebra mar), prolongados da terra para o mar (meio do rio), sendo o de montante chamado dente, mais ou menos perpendicular ao eixo do rio, enquanto o de jusante, ou pesqueira propriamente dita, fica de entre paralela a oblíqua ao leito do mesmo e quase sempre enviesada no sentido da ponta do dente que desce em declive para o mar e costuma ter 1,00m de largura, enquanto que a da pesqueira é de cerca de 1,50m e mais, construída com um declive correspondente ao do dente e termina do lado do mar numa ou mais séries de degraus, com cerca de 0,40m de alto, correspondendo cada série de degraus a uma determinada posta do rio — altura da água” (Neto, 1958).

Pretende-se com a ação do dente, construído para o efeito ou procedendo-se ao aproveitamento de uma anfractuosidade da margem, criar o remanso da pesqueira. Criando obstáculo à forte e turbulenta corrente do veio central, originada naturalmente ou pelo dente surge, junto à margem, uma corrente de água calma, totalmente contrária à do veio central, quer no seu sentido, quer na impetuosidade: eis o remanso da pesqueira.

No processo de arribação, até encontrar as zonas de desova que tem por destino, as espécies piscícolas procuram, os movimentos de água mais favoráveis à sua subida e é daí que se procede ao aproveitamento do remanso da pesqueira, quanto à pesca com varela técnica de captura praticada com assento nas pesqueiras.

O calmo movimento de água do remanso termina quando, junto ao dente, se encontra com a corrente do veio central criando a revessa da pesqueira. A revessa, tratando-se do choque entre as duas correntes de água de sentidos contrários, é zona de águas muito agitadas e oferece fortes riscos a quem, por descuido, cai nessa zona do rio.

A pesqueira, como já ficou escrito, é um conjunto formado por dois importantes elementos. A pesqueira propriamente dita e o dente. Comporta, ainda, mais dois elementos que visam proporcionar bem-estar e segurança aos pescadores quando em acção. Trata-se da barraca, na qual descansam à vez, os companheiros da jornada de pesca, é importante perceber que ninguém se dedicava ao acto de pesca sem a companhia de outro alguém, barracas estas existem em quase todas as pesqueiras e o morteiro, enquanto caixa rectangular incrustada na pesqueira onde iam depositando os exemplares capturados.

De acordo com a anfractuosidade da margem, assim era concebida e implantada a pesqueira, dependendo o tipo de construção das condições naturais oferecidas pela margem.

Daí, o identificarmos no terreno três tipos de pesqueira:

- O tipo comum, com notória separação dos dois elementos essenciais: o dente e a pesqueira propriamente dita. Estão neste grupo, as pesqueiras da Filipa, do Morouço Fundeiro; do Cantarrão; da Cabreira e da Nicola, entre outras;
- Um outro tipo, a que pertencem as pesqueiras do Rabo Longo e a da Barreira em que o dente e a pesqueira constituem um único elemento. Com uma configuração em 7, o vértice do ângulo exterior das arestas fechadas, ao estar implantado no leito do rio e perpendicular ao veio central, funciona como dente e dá origem, uns metros a jusante, ao necessário remanso. Na aresta mais para jusante, encaixado no paredão e mediante a construção do conjunto de degraus de acesso à água, fixa-se a pesqueira. Também o morteiro aí está implantado;
- Encontramos, ainda, um outro tipo de pesqueira que difere dos anteriores por não ter dente de construção artificial. Nestas foram aproveitadas as reentrâncias e demais anfractuosidades das margens que já condicionavam a corrente de água que criavam, naturalmente, o remanso e a reversa, para se proceder unicamente à construção do elemento pesqueira. Estão neste caso as pesqueiras da Tagarela, Caiada, Cristóvão, Boca da Lagoa, Boa Vista, Caracol, Castanho e Migalhão. Nestas nem sempre o elemento pesqueira foi construído em sentido oblíquo ao veio central do rio, mas sim em sentido paralelo ou perpendicular ao veio central. As condições naturais determinaram a opção de construção.

A construção das pesqueiras assentava numa técnica de execução específica e muito particular, designada em Ortiga por “construção de pedra ao alto”.

Esta técnica era usada na construção das estruturas que teriam de fazer frente a fortes correntes de água : pesqueiras; açudes visando aproveitamento da energia hidráulica para moinhos de pão ou lagares de azeite e, ainda, na execução dos caminhos de sirga, necessários à navegabilidade do rio Tejo.

Era de tal modo reconhecida a sua resistência e adequabilidade à construção de estruturas hidráulicas que teriam de resistir à força das águas e não ceder facilmente a essa natural acção de degradação que, no reinado de Filipe I, conhecida por Juan Bautista Antonelli nas obras realizadas em Portugal, foi por si levada para Espanha e utilizada como solução técnica na construção dos “caminhos de

sirga”, executados no âmbito do projecto de navegabilidade do rio Tejo, conforme orientações transmitidas pelo referido e conceituadíssimo engenheiro aos Técnicos responsáveis pela construção daqueles equipamentos, em território espanhol.



Fig. 3. Estruturas das pesqueiras em ambas as margens do rio Tejo, em Ortiga.
Fonte: Foto de Jaisson Teixeira Lino.

Considerando que não existe sequer um estudo arqueologicamente orientado sobre as pesqueiras de Ortiga, nos cabe desenvolver aqui as potencialidades de um estudo desta natureza, destacando os tipos de estudos possíveis e as conexões interdisciplinares entre a arqueologia e demais áreas do conhecimento, com destaque para a etnografia, a história e o património.

Embora e como mencionado anteriormente neste texto, dispomos de algumas informações sobre a configuração material das pesqueiras, obtidas a partir do fundamental estudo de Filipe (2012) sobre o assunto. Do ponto de vista arqueológico, e tomando como ponto de partida estas informações, podemos aprofundar os conhecimentos sobre as características materiais das pesqueiras da Ortiga, por meio do mapeamento tridimensional de todas aquelas já registradas, utilizando-se estação total para os trabalhos de campo e o consequente uso de *softwares* para a recriação tridimensional das mesmas em ambiente virtual. Deste modo, obteremos informações a nível micro sobre suas dimensões e formas, criando-se uma rigorosa tipologia, observando-se variações que muitas vezes, são idiossincráticas. Ainda no

campo do mapeamento de campo, serão registrados outros elementos constitutivos das pesqueiras, como a observância ou não de demais elementos materiais, como a presença ou não das placas de identificação e de argolas de amarração das estruturas piscatórias, produzidas em metal, escadas de acesso, tanques para armazenamento dos peixes e pequenas estruturas para guarda de equipamento, produzidas em pedra. Deste modo, será possível criar um Sistema de Informação Geográfica (SIG) o mais rigoroso possível, contendo o máximo de informações sobre os remanescentes materiais das pesqueiras, na atualidade.

Ainda neste contexto de investigação arqueológica, deve-se realizar estudo dos aspectos tafonómicos das pesqueiras, isto é, proceder criteriosa avaliação das condições de preservação de parte ou do todo das estruturas e no caso da observação de elementos que foram destruídos, quais foram os possíveis fatores: se antrópico, erosivo fluvial, ou algum outro motivo. Quais partes constitutivas das pesqueiras desapareceram? Ou mesmo quais pesqueiras que sem possuir documentação de existência podem ter sido completamente desaparecidas? Dada a considerável quantidade de pesqueiras no entorno de Ortiga, é de se pressupor que diversas delas desapareceram no decorrer do tempo. Teriam as estruturas mais antigas desaparecido pela ação do tempo ou mesmo pela substituição por outras confeccionadas com outros materiais ou com uma arquitetura distinta? Estas são questões prementes e que podem gerar contributos advindos dos levantamentos arqueológicos.

Seria interessante mapear as fontes de matéria prima para a construção das pesqueiras. Não, certamente muito distantes, as margens xistosas do rio ofereciam com fácil exploração a pedra para construir as pesqueiras. Haverá indícios disso na proximidade das pesqueiras e será interessante, por via da arqueologia experimental, tentar extrair placas de xisto. Talvez a natureza dos afloramentos e a forma como as placas eram extraídas seguindo os eixos de laminação do xisto teriam uma relação com a singular técnica de construção ao alto das pesqueiras da Ortiga. São vias de pesquisa a seguir.

Trata-se portanto, de estudo que não se encaixa no viés tradicional da arqueologia que supõe escavações em cotas negativas do solo. No caso em tela, o conjunto das pesqueiras são tratados como um conjunto de artefactos, neste caso superartefactos, e dentro dos pressupostos específicos da arqueologia, analisados à luz de um exame tipológico clássico.

Como dito anteriormente, as pesqueiras da área da Ortiga já existiam desde pelo menos a segunda metade do século XVI. Contudo, deve-se continuar os estudos da documentação iniciado por Filipe (2012) em busca de informações sobre uma das principais problemáticas de tal investigação: cronologicamente, quando se iniciaram a construção e uso das pesqueiras da área em estudo? De acordo com os

estudos sobre as pesqueiras do rio Minho, ao norte (Leite, 1999; Pacheco, 2013; Antunes, 2013; Madaíl, 2014) pelo menos naquela área tais estruturas piscatórias existem desde o período de ocupação proto-histórica. Assim, é de se considerar a possibilidade de as pesqueiras do rio Tejo terem também uma antiguidade anterior à datada até o momento.

Um importante aspecto a ser mencionado é o de que o estudo das pesqueiras pode gerar contribuições interdisciplinares de monta para além da arqueologia (área do conhecimento que por si só e desde sua gênese, é interdisciplinar), sobretudo nas áreas de história, antropologia e estudos sobre o património cultural.

No caso da história, destaca-se a conexão de uma arqueologia das pescas com a história ambiental. Muito embora contando com trabalhos anteriores, a história ambiental, tal como subárea e com um corpo conceitual e metodológico próprios, surgiu na década de 1970 no meio académico dos Estados Unidos, atingindo em seguida outras áreas do mundo, ainda que timidamente esteja avançando no continente europeu. Deste modo, temos uma área que produz conhecimento histórico colocando-se em destaque as relações entre seres humanos e natureza, sendo esta última protagonista da história. Assim, rios, florestas, solos, rochas, clima, etc. tornam-se importantes objetos de estudo das ciências humanas e não mais meros coadjuvantes nas narrativas históricas. Portanto, as complexas relações entre cultura e natureza são destacadas, ora uma influenciando a outra, retroalimentando-se, ao mesmo tempo em que se procura evitar as polémicas armadilhas do determinismo ambiental (Worster, 1991; Drummond, 1991; Duarte, 2005). Em síntese, as relações humanas com o rio Tejo tornam-se o foco central de qualquer investigação sobre as pesqueiras da Ortiga.



Fig. 4. Pesqueira nas margens do rio Tejo, em Ortiga. Fonte: Foto de Jaisson Teixeira Lino.

Ainda no campo da história, destaca-se também no que concerne a metodologia, o uso de documentos escritos/iconográficos/orais conjugados com o estudo da cultural material. Conhecida como arqueologia histórica (termo que não tem uso corrente no continente europeu), possui a particularidade de contar com o cruzamento de dados de fontes diversas, enriquecendo as possibilidades interpretativas. Como aponta Funari (2003), longe de considerar algum tipo de fonte de maneira subordinada ou suplementar (facto aliás, típico da arqueologia em suas origens), trata-se de analisá-la em sua relação complementar, buscando maneiras de refutar ou confirmar dados retirados de diferentes suportes a partir deste aporte metodológico.

A aproximação com a antropologia se dá principalmente por meio da conjugação do trabalho arqueológico com o etnográfico, ou seja, a possibilidade de um estudo etnoarqueológico das pesqueiras, a se realizar por meio de entrevistas e observações de campo sobre o uso das mesmas na atualidade, ou ainda, no estudo da memória de seu uso. Segundo Rathz (1989, p. 98), a etnoarqueologia contribui com a investigação sobre atividades económicas e/ou de subsistência do passado e que tem continuidade no presente:

O arqueólogo observa com interesse essa vida sócio-econômica: os sistemas que existem por trás do que está sendo visto, as estruturas de certos tipos de sítios e atividades e as disposições de descarte do lixo. Aqui o arqueólogo está vendo as coisas de um ângulo que não é igual ao do sócio-economista. Este último também está observando não apenas essas formas de vida relativamente arcaicas, mas também como estão mudando (...) sob o impacto da industrialização ocidental, sobretudo pela influência do transporte motorizado, das novas estradas, das safras comerciais e do turismo.

Identificar o património imaterial presente entre os habitantes ribeirinhos de Ortiga como um legado identitário constitui-se numa oportunidade pertinente e necessária para esta pesquisa, considerando as entrevistas (fontes orais) as principais fontes de investigação.

Nesse sentido, entende-se que as reflexões sobre a memória têm o poder de nos encantar e afetar com os detalhes fugidios, porque as narrativas expressam-se a partir de pontos de vista próprios, buscados do ontem e reinterpretados hoje. Cada depoente tem uma história, é personagem do próprio enredo e, mesmo que essa se misture à memória coletiva, não deixa de ter um componente individual. Maurice Halbwachs (1990) nos diz que a memória é constituída por grupos sociais,

tendo uma dimensão coletiva por ser espontânea, múltipla, guardiã do passado e manifestada na pluralidade afetiva. Mesmo com esse argumento, Halbwachs (1990) não tira do indivíduo a faculdade individual/subjetiva de lembrar, pois, apesar de trazer componentes significativos que possam ser compartilhados coletivamente pela memória, “*o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais*” afirma Portelli (1997).

A memória está na cultura e pela cultura é externada nas reminiscências das práticas e resistências. Aí nas reticências, ainda presos a esse mundo por ténues franjas, aparecem as elaborações e reelaborações da vida quotidiana, expressas nas relações com a produção e reprodução da vida. Como as pessoas entendem e entendem-se neste mundo, apropriam-se e reapropriam-se, o que ouvem, leem, veem e adaptam? Um eterno relacionar, adaptar, construir, interpretar, demonstrar, calar ou brigar, todas as ações que nos envolvem o tempo todo.

Os discursos da memória não são desprovidos de riscos: são plurais, fugidios, maleáveis, instáveis, imprevisos, descontínuos, entrelaçam acontecimentos diversos e sofrem influência dos meios de “transmissão-comunicação” (Burke, 2000). Cabe ao historiador fazer a leitura nas entrelinhas dos discursos, rever interpretações e refinar o que parecia inquestionável, pois, como afirma Ecléa Bosí (1987), “*na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado*”.

Assim, a memória, como fonte oral, é, sem dúvida, um dos possíveis caminhos para a compreensão de relações passadas. Ela é importante na medida em que realça o sensível, descobre o desejo, recupera passagens e desdobra fragmentos indivisíveis que só a curiosa escuta pode fazer transbordar.

Por isso, para Montenegro (1992), a postura do entrevistador com o depoente “*deve ser de um parteiro que não conhece a pressa e a impaciência e está disponível a ouvir as histórias do entrevistado com o mesmo cuidado, atenção, respeito, tenham estas significado ou não para a pesquisa em tela*”. O historiador deve ter respeito pela fala do entrevistado como meio de obter uma narrativa natural e espontânea.

Por outro lado, parte-se do entendimento de que as fontes não são determinantes, mas conduzem a investigação na medida em que são interrogadas. Sua utilização é algo que faz parte das maneiras de fazer próprios da disciplina histórica. Como lembra Thompson (1981), mesmo rejeitando as análises estáticas por desenvolver objetos e interpretação mutáveis e práticas múltiplas, a história tem uma “lógica”, ainda que esta trabalhe com modelos elásticos e não conheça “verbos regulares”. Afinal, “*três mil anos de prática nos ensinaram alguma coisa*”.

Pelo fato das pesqueiras terem se tornado monumentos materiais, os estudos sobre património cultural podem contribuir para se conhecer melhor os processos de patrimonialização ou não destas estruturas. Em um segundo momento, pode-se desenvolver junto com a comunidade formas de valorização, restauro, conservação, preservação e musealização das estruturas piscatórias, com vistas ao usufruto da comunidade e quem sabe, também para o fomento económico, através do desenvolvimento do turismo cultural e ambiental na região.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de regenerar os Ecossistemas Taganos e de travar o seu processo de degradação, é prioridade a que todos, desde as Comunidades Locais aos mais altos Responsáveis governantes, sem esquecer as Empresas que na sua actividade de transformação carecem do rio, seja como utilizadoras da água, seja como receptor dos seus efluentes devemos assumir já que o Rio Tejo concentra elementos naturais, históricos e culturais de imensa riqueza biofísica e paisagística.

Nesse sentido e porque o Tejo sofre de três grandes males, há que agir sobre cada um deles de forma objectiva, com discernimento e muita determinação.

Naturalmente que sem caudais ecológicos diários, adequados à manutenção das espécies não só no seu dia a dia, como seu processo de reprodução, a Vida no rio e nas suas margens findará. Todos os ecossistemas taganos finarão.

No que respeita à falta de conectividade todos os obstáculos artificiais que foram construídos no leito do rio, ainda mais com a falta de caudais adequados, impossibilitam a livre circulação das espécies, com a agravante do leito do rio Tejo, no seu troço desde a zona um pouco a jusante do açude insuflável de Abrantes até à Barragem de Belver, mediante estudos realizados, ter sido considerado, em 2004, pelo Ministério da Agricultura, zona nobre de desova e daí por Portaria foram criadas duas Zonas de Pesca Profissional, a de Constância até ao Tainho-Alferrarede e a de Ortiga-Mação, daí até à barragem de Belver, com regulamentação específica publicada anualmente, em Edital, pelo ICNF-Instituto.

Ora, se para se pescar em pesqueira é necessário caudal elevado, algo que não acontece com a frequência mínima desejada, para reforçar essa impossibilidade vem aquela Entidade proibir a pesca profissional em pesqueiras. Desconhecemos o porquê, mas que alguns donos destes equipamentos ainda pagam a respectiva contribuição, isso sabemos.

Por fim, mencionar que este rico património material e imaterial das artes da pesca na Ortiga e das pesqueiras vai ser valorizado, na adaptação, pela Câmara Municipal de Mação, já em curso da antiga escola Primária da Ortiga, num futuro espaço museográfico que reunirá coleções de artefactos ligados à pesca na Ortiga doados pela população, dispositivos multimédia e um espaço de convivência comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Inês (2002), *Recursos marítimos e tecnologia no século XVIII – pesca, sal, e moliço no litoral e na Ria de Aveiro*. In «O Litoral em Perspectiva Histórica (Sécs. XVI a XVIII)». Porto, Instituto de História Moderna, 2002, p. 185-204.

AMORIM, Inês (2014), *Da pesca à salga da sardinha: recursos, tecnologia da pesca e tecnologia da conservação, na costa de Aveiro (2.ª metade do séc. XVIII a inícios de XIX)*. Artigo em atas de conferência nacional. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/7735>>.

ANTUNES, Joana Sofia Rodrigues Martins (2013), *Valorização das pesqueiras do rio Minho: Centro de Interpretação das pesqueiras de Melgaço*. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Porto: Universidades Lusíada.

BOSI, Ecléa (1987), *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp. p. 17.

BURKE, Peter (2000), *Variiedades da história cultural*. Tradução: Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 73.

CARDOSO, João Luis (1996), *Pesos de Pesca do Povoado Pré-histórico de Leceia (Oeiras): Estudo Comparado*. «Estudos Arqueológicos de Oeiras» 6, Oeiras, Câmara Municipal, p. 107-119.

DRUMMOND, José Augusto (1991), *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. «Estudos Históricos», vol. 4, n.º 8, p. 177-197.

DUARTE, Regina Horta (2005), *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica.

FILIPE, João de Matos (2012), *Cultura e Artes da Pesca Tradicional no Rio Tejo – Em Ortiga – Mação*. Santarém: O Mirante.

FUNARI, Pedro Paulo (2003), *Arqueologia*. São Paulo: contexto.

HALBWACHS, Maurice (1990), *A Memória Coletiva*. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais.

LEITE, A. (1999), *As Pesqueiras do Rio Minho*. Economia, Sociedade, Património, Ed. Corema, Caminha.

LOURENÇO, Pedro Rigueiras (2010), *A pesca na Antiguidade – o caso de Monte Molião (Lagos)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MACHADO-CRUZ, J. M.; VALENTE, A. C. N. & ALEXANDRINO, P. J. B. (1990), *Contribuição para a caracterização ecológica e económica da pesca de migradores a jusante da barragem de biver, rio tejo*. In «Actas do I Congresso do Tejo, que Tejo, que Futuro?», vol II, p. 189-200, Lisboa.

MADAÍL, Rui Manoel de Melo (2014), *Um contributo para a compreensão da paisagem da Ribeira Minho: as pesqueiras do rio Minho*. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Porto: Universidades Lusíada.

MONTENEGRO, Antonio Torres (1992), *História Oral: Caminhos e descaminhos*. In «Revista Brasileira de História», 25/26. São Paulo: ANPUH; Marco Zero, p. 57.

NETO, Luís Marques & MARQUES, Alfredo Manuel (1958), *A Pesca da “Varela” no Rio Tejo em Ortiga*, in «V Congresso Nacional de Pesca», Angola.

PACHECO, Maria Fernanda de Oliveira (2013), *As pesqueiras do Rio Minho: Valorização do Patrimônio Cultural e Gestão dos Recursos Naturais*. Dissertação de mestrado de Gestão Ambiental e Ordenamento do Território. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

PORTELLI, Alessandro (1997), *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral*. In «Projeto História», n.º 15. São Paulo: PUC, p. 16.

RATHZ, Phillip (1989), *Convite à Arqueologia*. Rio de Janeiro: Imago.

THOMPSON, E. P. (1981), *Intervalo: A Lógica Histórica*. In «A miséria da teoria: Ou um planetário de erros». Rio de Janeiro: Zahar, p. 47-62.

WORSTER, Donald (1991), *Para fazer história ambiental*. «Estudos Históricos», vol. 4, n.º 8, p. 198-215.